

07 AGO 1992

GAZETA MERCANTIL

Página 3

6 ago - Brasil

POLÍTICA ECONÔMICA

“O fisiologismo político tem limites claros, dados pelos tetos do orçamento”

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

A preocupação de que o governo vai aumentar seus gastos para conseguir apoio político e, assim, evitar o processo de “impeachment” é considerada “um exagero” pelo ex-ministro da Fazenda Mailson Ferreira da Nóbrega. “Desde 1988, quando o orçamento da União foi unificado, existem limites claros e bem definidos para a capacidade de gastos do Tesouro. O Tesouro só pode gastar acima do previsto se o Congresso autorizar. O fisiologismo tem, portanto, limites dados pelos tetos globais definidos pelo orçamento.”

Para ele, essa preocupação provém da análise de situações que ocorriam no passado, “quando o Tesouro tinha um caixa 2, que era o orçamento monetário, e podia estourar os limites através do Banco do Brasil ou do Banco Central”.

Na raiz do problema estaria também “uma percepção equivocada do que foi o processo de votação dos cinco anos de mandato do governo Sarney”, criada em boa parte pela famosa frase do então ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves — “é dando que se recebe”. Nóbrega já era ministro de Sarney na época e revelou que “o Tesouro não foi utilizado para garantir os cinco anos de Sarney. Não recebi pressões para aumentar ou remanejar os gastos”.

No entanto, ele admitiu que as pressões políticas podem resultar em remanejamento de gastos, sem afetar as contas do Tesouro. “Pode piorar a qualidade dos gastos. Mas o que importa é o global, do ponto de vista do Tesouro.” Lembrou também que o governo federal dispõe de outros instrumentos para conseguir apoio: as nomeações políticas e concessões de rádio e televisão.

Mantendo-se os limites do orçamento, não haverá também pressão adicional sobre a inflação. Para Nóbrega, a inflação elevada brasileira é “produto da inércia da indexação. Os



Mailson da Nóbrega

preços diretores, os custos dos bens e serviços — câmbio, tarifas públicas, juros e salários de alguma forma — são reajustados em linha com a inflação”.

O problema, então, é a inexistência de uma âncora para a qual convirjam os preços. O ex-ministro classifica de pouco provável a possibilidade de o governo criar uma âncora monetária ou a viabilidade de uma âncora cambial no momento porque qualquer uma dessas duas medidas deve ser precedida pela reforma fiscal. “A reforma fiscal não é uma panacéia, mas é necessária para o Tesouro aguentar o custo da política monetária. Qualquer tentativa de ancorar preços, salários e câmbio pode quebrar a inércia por algum tempo. Mas sem sustentação fiscal e monetária as âncoras são arrancadas.”

O momento atual de instabilidade, contou Nóbrega, aumentou a demanda pelos serviços de especialistas em análise obrigando as consultorias econômicas a também avançar nos cenários políticos. Até mesmo sua empresa, a MCM Consultores Associados, que já oferecia análise política, teve que se aprofundar no assunto.

“A dificuldade”, explicou, “é que a crise política atual caracteriza-se muito pelo impoderável: a velocidade dos fatos é muito grande e as surpresas, frequentes.”